



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 158, DE 2015

Dispõe sobre a criação do sistema de comunicações ópticas para a Defesa Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criado o sistema de comunicações ópticas para a Defesa Nacional, composto por comprimentos de onda em fibras ópticas disponibilizados pelas prestadoras de serviços de telecomunicações.

Art. 2º As prestadoras de serviços de telecomunicações, sempre que lançarem novos cabos de fibras ópticas, consultarão o Ministério da Defesa, para que este se manifeste sobre o interesse na disponibilização, de forma gratuita e prioritária, de faixas de comprimentos de onda entre duas estações de serviços de telecomunicações para integrar o sistema a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único. O Ministério da Defesa disporá do prazo de trinta dias a partir da consulta para informar seu interesse.

Art. 3º A consulta a que se refere o art. 2º também será realizada para as fibras ópticas já lançadas, no prazo de noventa dias a contar da entrada em vigor desta Lei, a fim de estabelecer a etapa inicial do sistema a que se refere o art. 1º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Justificação

É essencial à Defesa Nacional que se estabeleça, em horizonte de tempo não muito longo, uma rede de telecomunicações resiliente, capaz de atender tanto às necessidades da Nação durante e após uma emergência nacional, quanto ao preparo permanente para reagir a tais eventos.

A rede servirá para o tráfego de informações de inteligência, a condução de ações diplomáticas, o comando e o controle das forças militares, e a continuidade das funções essenciais do governo.

O sistema deverá ser capilarizado e possuir várias opções de rotas entre pontos, a fim de que a disponibilidade seja a maior possível.

A solução ideal é a criação de um *backbone* permanente de fibras ópticas, destinado à comunicação de dados de interesse da Defesa Nacional.

Atualmente, quase todos os serviços de comunicação de dados militares são contratados de operadoras, com as seguintes inconveniências:

- a) risco de quebra de sigilo: os dados de interesse da defesa nacional trafegam em nuvens de empresas privadas, algumas das quais estrangeiras, o que possibilita o vazamento de dados sensíveis;
- b) risco de indisponibilidade: em decorrência da periodicidade das contratações, frequentemente há mudança dos fornecedores dos serviços de comunicação de dados militares, o que pode causar a interrupção da prestação dos serviços nos períodos de transição.

Um *backbone* de comunicação óptica próprio viabilizará um roteamento autônomo de pacotes, seguro e segregado, essencial numa estrutura militar de defesa estratégica.

Mas a construção de um *backbone* óptico de alcance nacional pelo Ministério da Defesa não se justificaria, em razão do alto custo de lançamento do meio físico e do pequeno volume de dados, se comparado ao das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.

Dessa forma, a alternativa viável é que as prestadoras de serviços de telecomunicações disponibilizem, de forma gratuita e permanente, de faixas de comprimentos de ondas aos órgãos de defesa nacional.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) elenca o setor cibernético como estratégico para o Brasil. O verdadeiro domínio desse setor envolve todas as camadas de rede, desde a camada física, incluindo equipamentos desenvolvidos por empresas brasileiras, com mão de obra de alto nível formada em universidades brasileiras, até a camada de aplicação.

O orçamento que seria destinado à construção de uma nova estrutura para trafegar os dados sensíveis da Defesa Nacional poderá ser redirecionado para a construção de soluções e produtos inovadores em proveito da própria defesa nacional, mediante trabalhos conjuntos entre Forças Armadas, universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento e empresas brasileiras.

O desenvolvimento de uma infraestrutura própria de comunicações ópticas de interesse da Defesa Nacional atenderá ao disposto no subitem 2 do item “Infraestrutura” da END:

O Ministério da Defesa, em coordenação com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, proporá aos ministérios competentes as iniciativas necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura de energia, transporte e comunicações de interesse da defesa, de acordo com os planejamentos estratégicos de emprego das Forças.” (END, 2013, p. 40)

Adicionalmente, esse *backbone* óptico permitirá a expansão e a consolidação do Sistema de Comando e Controle para a Defesa Nacional previsto na END.

Por oportuno, cabe destacar o nosso agradecimento ao Gen. Decílio de Medeiros Sales, ao Cel. Eduardo Wolski e ao Maj. Emerson Izolan, respectivamente: Chefe; Subchefe; e Chefe da Divisão de Operação do Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx), de onde partiu a sugestão para a presente proposição.

Pelas razões expostas, conto com o apoio dos Nobres Senadores para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões,

Senador **Ciro Nogueira**

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo à última decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, de 26/3/2015